

À margem (do rio e da cidade): desafios ao desenvolvimento urbano em Lajeado - Vale do Taquari - RS, no contexto das mudanças climáticas

Ariana Inês Sachett
Rogério Leandro Lima da Silveira

GRUPO DE TRABALHO: GT5: Desenvolvimento urbano, urbanização, inclusão social e qualidade de vida:

RESUMO

O presente trabalho analisa os desafios do desenvolvimento urbano em Lajeado/RS diante das transformações territoriais e das vulnerabilidades socioambientais associadas às mudanças climáticas. A pesquisa, de natureza qualitativa, fundamenta-se em revisão crítica da literatura e análise de dados secundários. A escolha do tema justifica-se pela necessidade de fortalecer estratégias de prevenção, contingência e segurança da população, incorporando o direito à cidade e à sustentabilidade urbana. A partir da análise da formação socioespacial, identificou-se a importância histórica do Rio Taquari na dinâmica regional e a constituição dos núcleos urbanos em torno das rodovias, intensificada pelos fluxos migratórios do campo para a cidade desde a década de 1960. No presente, a emergência climática impõe uma nova “margem” ao desenvolvimento urbano, marcada pelo aumento da frequência e intensidade das inundações. O estudo evidencia que a articulação entre planejamento urbano, resiliência climática e justiça socioespacial constitui não apenas um desafio, mas também uma oportunidade para reorientar o desenvolvimento urbano do município, cidade de papel expressivo na rede urbana e no contexto regional do Vale do Taquari.

Palavras-chave: desenvolvimento urbano; território; desenvolvimento regional; mudanças climáticas; sustentabilidade.

1 INTRODUÇÃO

As cidades médias e os seus espaços urbanos vêm se consolidando como áreas de intermediação econômica, social e política nos territórios regionais, desempenhando papel estratégico no processo de desenvolvimento regional. No entanto, diante das transformações impostas pelas mudanças climáticas, novas vulnerabilidades surgem de modo a exigir novas interpretações conceituais e adaptações às práticas de planejamento. Neste contexto, o município de Lajeado, localizado na região do Vale do Taquari, no estado do Rio Grande do Sul, demonstra os desafios enfrentados pelas cidades em contextos de desenvolvimento territorial e de emergência climática. A cidade média de Lajeado é o principal centro urbano

da região do Vale do Taquari, centralizando serviços públicos e especializados e polarizando economicamente o território regional. Nos últimos anos, a cidade tem apresentado um intenso e desigual processo de urbanização e convivido com a ocorrência de recorrentes enchentes do Rio Taquari, impondo crescentes desafios para o desenvolvimento e planejamento urbano e para o direito à cidade da população que vive em suas margens e nas periferias urbanas.

A diversificação do processo de urbanização e as transformações nas sociedades estabelecem novas fronteiras para a agenda dos estudos urbanos e regionais. Os fenômenos inseridos nesses contextos, por constituírem construções sociais e históricas, determinadas por fatores econômicos, políticos, sociais, institucionais e ambientais, se mantêm em constante movimento dentro de uma realidade complexa. Assim, os conceitos estabelecidos pelas abordagens teóricas também evoluem como forma de apreensão das dinâmicas contemporâneas, ampliando os horizontes do conhecimento frente aos novos desafios e oportunidades das cidades e regiões.

Este artigo tem como objetivo analisar as fronteiras da agenda do desenvolvimento urbano de Lajeado/RS, diante das vulnerabilidades socioambientais associadas às mudanças climáticas. Dessa forma, a pesquisa articula as transformações socioespaciais do território com a necessidade de um desenvolvimento regional resiliente. A justificativa para esse estudo se encontra na crescente relevância das cidades médias para a dinâmica regional, somada à emergência dos impactos climáticos como fator determinante para a sustentabilidade urbana. Para alcançar o objetivo, foi realizado um estudo de natureza qualitativa, baseado na revisão crítica da literatura e na análise de dados secundários sobre a formação socioespacial, o processo de urbanização e as vulnerabilidades da região. De modo a agregar os desafios impostos pelas mudanças climáticas e ação antrópica sobre o meio ambiente, por se tratar de uma temática emergente e com crescente interesse no cenário brasileiro, se espera ampliar o conhecimento entre essas interfaces, contribuindo com estudos empíricos futuros sobre o planejamento urbano e desenvolvimento regional do Vale do Taquari.

O desenvolvimento do trabalho está organizado em cinco seções, sendo a primeira esta introdução. A partir da revisão teórica da literatura, a segunda seção apresenta o debate sobre os conceitos e noções teóricas que articulam fronteiras da agenda do desenvolvimento urbano. Na sequência, são apresentados os resultados e discussão entre a contextualização da formação socioespacial e o desenvolvimento urbano do município de Lajeado. Com essa análise, se estabelecem os desafios do desenvolvimento e planejamento urbano do município, destacando-se a importância relativa destes elementos para a dinâmica regional e rede urbana. Por fim, são apresentadas as considerações finais dessa reflexão.

2 FRONTEIRAS DA AGENDA DO DESENVOLVIMENTO URBANO

A partir dos estudos urbanos e regionais se analisa a diferenciação do processo de urbanização nos territórios e regiões, assim como a delimitação dos seus conceitos ao longo do tempo (Lencioni, 2008; Brenner, 2014). Ao tratar de observações dos conceitos de cidade e urbano, Lencioni (2008) alerta que a sua construção serve para a compreensão da essência dos objetos e fenômenos, de modo a apreender os desafios da realidade para a produção do conhecimento. Portanto, são construções dinâmicas, interpretadas a partir de uma perspectiva sobre a realidade diversa, complexa e em mudanças contínuas. Isto demonstra que suas relações, assim como seus objetos, estão sempre se constituindo e se transformando (Lencioni, 2008).

Ao considerar a diversidade de processos de urbanização nos territórios, os conceitos de cidade e urbano também são apreendidos de formas variadas, não somente com o seu desenvolvimento no processo de construção do conhecimento, mas também como uma representação das transformações das sociedades (Brenner, 2014). A palavra cidade representa um substantivo que nomeia este espaço geográfico de forma conectada com o urbano, sendo que este, além de representar um adjetivo que caracteriza os seres e objetos nomeados, se expande e compreende um modo de vida e de identidade daquele que vive neste espaço. No Brasil, a cidade é formalmente definida como a sede administrativa do município, independente da sua população ou extensão, cuja população urbana é a que vive na sede dos municípios e dos distritos. Ainda, existem características comuns que as dimensionam, como aglomeração de pessoas, o sedentarismo neste espaço, sua residência fixa, o poder público estabelecido e as relações econômicas (Lencioni, 2008).

Ao longo da história, a industrialização foi mobilizadora do espaço urbano, porém, novas características do capitalismo, como o capital financeiro e a globalização, transformam os territórios, assim como expandem os conceitos (Brenner, 2014; Lencioni, 2008). Para a reflexão sobre o que é cidade, se faz necessário a compreensão desta como um espaço urbano, cujos arranjos sociais são diferentes em cada território. Portanto, seu entendimento perpassa a construção de um produto social e histórico, com especificações e particularidades que não estão prontas, mas sempre se constituindo em trajetórias diversas (Lencioni, 2008). Sendo assim, entender o passado e o presente, como resultado da ação humana, coloca ao planejamento urbano uma percepção da cidade que se quer construir para o futuro.

É neste contexto que a cidade se insere na relação da apropriação do espaço pela sociedade como resultante da dinâmica social, a qual reproduz suas marcas na organização espacial e na paisagem urbana. Em uma relação entre as dimensões espacial e temporal, isto significa considerar as diferentes escalas espaciais, os distintos atores, suas ações, relações e processos ao longo do tempo (Lencioni, 2008). Portanto, o urbano vai além de um espaço físico, tem relação com um modo de vida, como uma abstração concreta que compreende as particularidades do território, diferenciação construída pela formação socioespacial e pelo processo social (Brenner, 2014). Como abordado por Lencioni (p. 114, 2008), “tanto a cidade, como objeto, como o urbano, como fenômeno, se situam no âmbito das reflexões sobre o espaço e a sociedade, pois são produtos dessa relação; mais precisamente, são produzidos por relações sociais determinadas historicamente”.

A definição de urbano também se delimitou ao longo do tempo a partir da existência de um elemento contraditório a este, o rural. Em sua obra “*Contribuições ao debate sobre o urbano e o rural*”, Bernadelli (2006) salienta que, na explanação dos conceitos cidade e urbano, campo e rural, as suas delimitações estariam presentes na relação com particularidades e singularidades geográficas em constante transformação e repletas de complexidade. A cidade, não somente por sua materialidade, mas como meio, condição e produto da sociedade, se apresenta como forma e conteúdo na manifestação concreta das contradições sociais e suas expressões, sendo que a concepção do urbano extrapola a própria cidade. Para além de relação dicotômica entre campo e cidade, com base na divisão técnica, social e territorial do trabalho, a qualificação do espaço e/ou das relações urbanas se estabelecem em um processo como contraponto e complemento contraditório do rural.

Ao longo dos estudos urbanos, alguns critérios usados para definir cidade foram tamanho demográfico; densidade; aspectos morfológicos; atividades econômicas; modos de vida, por meio de uma cultura urbana e heterogeneidade social; inter-relações múltiplas entre os habitantes; e gerações de inovações (Bernadelli, 2006). Da mesma forma que a cidade, para Bernadelli (2006), o conceito de rural também precisa ser reconsiderado para além de definições que apresentam a relação sociedade e natureza, o espaço aberto e a dependência do meio urbano. Dessa forma, a autora sustenta a inter-relação do mundo rural e do mundo urbano com base na definição espacial e não setorial, em que as cidades não são definidas pela indústria, nem o campo pela agricultura, mas a partir das dinâmicas regionais.

De modo a compreender as dinâmicas e o papel das cidades e do meio rural, Bernadelli (2006) destaca as particularidades e complementaridades que compõem a diversidade a partir da identidade do território. Ao entender a compreensão pensada a partir

do espaço, um conjunto de elementos permite uma leitura em um determinado tempo, apresentando regiões rurais e regiões urbanas, com o estabelecimento de especificidades e transformações na constituição do território. Nesta articulação da forma, função e estrutura, entender o urbano e o rural transcende as determinações, sendo condição, meio e produto, uma vez que não se apreende estes conceitos a partir de leituras dicotômicas, visto que os processos se (re)produzem e se (re)definem em múltiplas dimensões (Bernadelli, 2006).

Diante das transformações socioespaciais sistêmicas da globalização do século XX e da constituição de uma escala planetária, foram minimizadas as barreiras das cidades, metrópoles, regiões e dos territórios. Por meio dessas novas morfologias, a divisão entre o urbano e o rural transcende as concepções antigas do desenvolvimento urbano (Brenner, 2014), pois o urbano já não é somente um local, ou uma arena política, mas um dos principais motivos de disputa, como um meio para modificar as formações espaciais do capitalismo mundial. Além de considerar a tríade de grande tamanho da população, alta densidade demográfica e elevados níveis de heterogeneidade demográfica, a urbanização se coloca como pontos nodais, regiões delimitadas, desigualdades e densidades cada vez maiores. Como as atividades modificam o processo de urbanização, redes urbanas e dinâmicas são criadas pelos fluxos e interações desses processos sociais (Brenner, 2014).

Isto promove uma permeabilidade dos conceitos, uma questão salientada por Brenner (2014) que reestabeleceria bases analíticas e faz com que o conceito de urbano tenha várias conotações e condições. Mesmo que, tradicionalmente, os estudos demarcaram o urbano em contraposição aos espaços presumidamente não-urbanos, como o rural, o interesse pelas tipologias dos assentamentos, em essências nominais, deve ser substituído pela análise dos processos socioespaciais, com suas essências constitutivas. Sendo assim, o autor argumenta que há necessidade de um novo léxico de diferenciação socioespacial, pois os efeitos urbanos persistem dentro de uma paisagem socioespacial heterogênea, que requer uma reinvenção da urbanização, especialmente nos seus momentos de concentração e extensão dialeticamente inter-relacionados (Brenner, 2014).

Para Brenner (2014), os quadros teóricos sobre os estudos urbanos feitos no passado não dão conta do processo de urbanização contemporâneo, o que necessita de estudos urbanos e regionais que contemplem as novas problemáticas. Por exemplo, com as transformações do processo de urbanização e do avanço do modo de produção capitalista, a antiga distinção entre o rural e o urbano se perdeu, destaque realizado também por Bernadelli (2006). Sendo assim, o autor sugere atualizar o referencial teórico para tentar incorporar essa complexidade, com categorias que estabeleçam o urbano como essência nominal e o urbano

como essência constitutiva. O desenvolvimento urbano não remete somente ao espaço circundado, mas às inter-relações do tratamento do rural e urbano, que, a partir da atividade econômica, vão se transformando em conjunto com o modo de vida urbano. Nestas interações cotidianas, novos fenômenos coexistem com os já existentes, expandindo, seja pela explosão na expansão física, ou pela implosão na intensificação da aglomeração (Brenner, 2014).

Considerando as distintas dimensões e usos do espaço urbano, a fragmentação espacial demonstra heterogeneidade como reflexo das articulações da sociedade. Em sua dimensão simbólica, para os diversos grupos sociais, o espaço urbano é o local e o objeto das lutas sociais, o que engloba o espaço percebido, no qual ocorre a produção e a transformação de elementos e estruturas materiais. Ainda, se pode estabelecer o espaço concebido, nos processos de regulação e representação territorial, assim como o espaço vivido, no qual se estabelecem processos de socialização e aprendizagem. Ao ser realizada por um conjunto de agentes, a produção social da cidade origina interesses e conflitos entre os agentes sociais urbanos, conectada em redes de produção do espaço, que produzem e transformam as cidades (Amanajás; Klug, 2018).

Neste contexto, o direito à cidade integra o direito de habitar o espaço e usufruir dos seus serviços, que, além da habitação, se amplia em participação e voz política, acesso à cultura e à construção social, como um direito coletivo entre os diversos grupos sociais. Nesta concepção de uma estrutura sociocultural urbana, se coloca o direito à cidade como elemento determinante da apropriação dos espaços públicos pela população. Como um direito difuso e coletivo, o direito à cidade implica o acesso a direitos humanos e a implementação de um planejamento nos planos diretores. Ao considerar as cidades como um bem comum que devem ser livres de discriminação, com inclusão cidadã e participação política, sua função social se daria “com espaços públicos, com respeito à igualdade de gênero, à diversidade cultural e ao meio ambiente e com economia inclusiva” (Amanajás; Klug, p. 30, 2018).

Considerando que o processo de urbanização no Brasil se intensificou de forma rápida a partir dos anos 1960, aliado ao crescimento econômico acelerado e as falhas de planejamento e gestão, se identificam consequências para o desenvolvimento urbano nas diversas regiões do país. A partir da institucionalização do direito à cidade, se espera o desenvolvimento das funções sociais deste espaço por meio do planejamento e produção do espaço urbano, o que também implica uma aliança estratégica em diversos níveis e escalas, do local ao global. Em contraposição, a realidade urbana de negação de direitos, em especial os “invisíveis”, distribui desigualmente os ônus e os benefícios da urbanização entre os indivíduos (Amanajás; Klug, 2018). É neste contraste entre os marcos legais do direito à

cidade e o processo de urbanização na realidade brasileira que a justiça espacial e o direito à cidade se estabelecem como problemática do planejamento regional.

De modo a distinguir as diferenças entre planejamento e gestão, Souza (2010) argumenta que planejar remete ao futuro, significa prever a evolução de um fenômeno, ou seja, tentar simular os desdobramentos de um processo com o objetivo de melhor se precaver de prováveis problemas ou tirar partido de supostos benefícios. Já em relação a gestão, esta remete ao presente, pois significa gerir uma situação dentro dos recursos disponíveis, tendo em vista as necessidades imediatas. Diante desses conceitos, planejamento e gestão são distintos e complementares ao se entender que a gestão é a efetivação futura do planejamento. Ao compreender o urbano como uma construção social em constante transformação, seu planejamento se coloca como flexível diante das particularidades dos espaços urbanos (Souza, 2010). Com esse contexto de planejamento urbano, Souza (p. 101, 2006) apresenta o desenvolvimento socioespacial como

um desenvolvimento urbano autêntico, sem aspas, não se confunde com uma simples expansão do tecido urbano e a crescente complexidade deste, na esteira do crescimento econômico e da modernização tecnológica. Ele não é, meramente, um aumento da área urbanizada, e nem mesmo, simplesmente, uma sofisticação ou modernização do espaço urbano, mas, antes e acima de tudo, um desenvolvimento socioespacial na e da cidade, vale dizer: a conquista de melhor qualidade de vida para um número crescente de pessoas e de cada vez mais justiça social.

O desenvolvimento socioespacial pode ser entendido como uma mudança social positiva, com melhoria da qualidade de vida e aumento da justiça social, contemplando as relações sociais e a espacialidade (Souza, 2006; Souza, 2010) e o direito à cidade (Amanajás; Klug, 2018). Ao considerar a natureza e dinâmica da cidade, suas intensidades variam conforme o tamanho, a complexidade e a localização, no contexto regional e do núcleo urbano. Para o desenvolvimento socioespacial compreendido por Souza (2006), reconhecimento econômico, sistema político, os valores e padrões culturais, assim como a organização espacial influenciam o nível de bem-estar e justiça social da população. Nesse processo em que ocorrem as transformações das relações sociais e do espaço (Souza, 2006), são constituídas as novas problemáticas contemporâneas, como a adaptação e resiliência das cidades em relação aos eventos e impactos das mudanças climáticas.

Considerando a relevância política das cidades aos acordos globais e diante da crise climática, o estudo de Espindola e Ribeiro (2020) analisou a contribuição dos planos diretores das capitais brasileiras para a superação dos desafios relacionados às mudanças climáticas, assim como ao desenvolvimento e planejamento urbano. O trabalho verificou que existe uma

falta de integração e incorporação do tema das mudanças climáticas por diversos órgãos municipais, com uma grande dificuldade da sua incorporação na agenda de políticas públicas urbanas, em termos de mitigação e de adaptação. Em conclusão, os autores apresentam que poucos planos trazem diretrizes para as questões climáticas locais, em que somente um plano analisado abordou o tema das mudanças climáticas, mostrando que essa problemática é pouco contemplada em políticas públicas urbanas municipais. Isto demonstra que se trata de um tema emergente para o planejamento público regional, com desafios e oportunidades.

Nesse contexto, com a compreensão de que o debate do planejamento urbano e da gestão urbana deve levar em consideração a própria reflexão do conceito da cidade, o que a constitui e como ela se transforma, a dinâmica da produção social do espaço urbano é apreendida. Um desenvolvimento urbano autêntico, como um processo único, transformado em produto e fator da formação socioespacial (Souza, 2006) implica a necessidade permanente de adaptação dos instrumentos de planejamento, devido às problemáticas enfrentadas, tais como as desigualdades sociais oriundas da diferenciação do processo de urbanização na realidade brasileira e a sua adaptação e resiliência às mudanças climáticas. É nesse cenário que as cidades pequenas e médias também se colocam como objetos de análise, tanto em seus papéis e significados, como na morfologia urbana e na cooperação com áreas não metropolitanas. Porém, para tanto, se faz necessário entender a dinâmica regional e a constituição da rede urbana, em seus fluxos, necessidades e processos, pois a realização da vida cotidiana ocorre em diferentes configurações (Endlich, 2024).

Em tratamento conceitual, a constituição de tipologias para cidades pequenas e médias apoia a compreensão do seu papel na dinâmica regional, mesmo que a complexidade de cada localidade seja significativa (Endlich, 2024). Neste aspecto, se trata de uma questão de método para analisar as particularidades da urbanização brasileira, assim como as diversas escalas e múltiplas dimensões de análise estabelecidas na rede urbana. Dessa forma, se entende que as cidades não são objetos isolados em si, mas articulações, em fluxos verticais e horizontais, que transformam os papéis e conteúdo do espaço. Por isso, a cidade média se traduz em uma noção científica, que distingue a cidade média, vista em sua função urbana, da cidade de porte médio, datada pelo seu tamanho populacional. Tendo em vista a função da cidade média na dinâmica regional, os aspectos considerados são sua situação geográfica, as relações com o campo, as indicações do ponto de vista da análise e a compreensão das articulações interescares da rede urbana (Sposito, 2014).

Ao estabelecer um papel na dinâmica regional, as cidades pequenas e médias se inserem pelo contexto econômico, pelo sistema político e de múltiplos discursos, assim como

pelo seu papel nas redes urbanas da qual fazem parte. Para o diálogo com o futuro do planejamento regional destas cidades, se colocam o caráter transitório e permanente dos fenômenos, que estabelece a coexistência do tradicional e do moderno, em conjunto com o contexto econômico e político deste ambiente. Dessa forma, as realidades urbanas se conjugam na competição entre os territórios, determinadas em múltiplas escalas, com permanências e transformações apreendidas pelas particularidades destas regiões a partir do posicionamento das cidades na rede urbana (Sposito, 2014). Portanto, as cidades médias desempenham papéis de intermediação no âmbito de sistemas urbanos simples ou complexos, entre as cidades pequenas, grandes e metropolitanas. No contexto da globalização, as mudanças nos quadros de hierarquia das redes urbanas diversificam novos contextos espaciais e novas articulações dos fluxos entre as regiões. Isto pode se dar em função das relações competitivas, como também das relações de sinergia que geram complementaridade de ações realizadas em diferentes pontos do mundo (Sposito, 2010).

As cidades pequenas e médias se inserem em contextos regionais, com novas dinâmicas de reestruturação espacial, tal como a demandada pelo processo de globalização e sua configuração nos territórios (Sposito, 2010). Ao não se concentrar somente nas grandes cidades e metrópoles, a área do desenvolvimento regional vem integrando as discussões em relação às cidades pequenas e médias por meio da dinâmica regional, como resposta para compreensão dos fenômenos contemporâneos. Pensar as relações que a cidade estabelece com a região, em seu duplo sentido (cidade e região, região e cidade), insere a percepção de que as cidades se especializam em funções e papéis, tais como localização, o tipo de atividades que se desenvolvem no território, suas características culturais, de capital social e cooperação entre os atores ao longo das mudanças econômicas e transformações regionais.

Portanto, as dinâmicas relacionais entre a cidade e região estabelecem que, para se entender a cidade, é necessário entender a região. Da mesma forma, tais dinâmicas expandem as fronteiras da agenda do desenvolvimento urbano ao se transformarem pela realidade, conduzindo, assim, a própria necessidade de evolução dos conceitos e instrumentos de planejamento regional. Com o objetivo de materializar a expansão dos estudos urbanos explanados até aqui, a seção após a metodologia da pesquisa apresenta uma contextualização sobre a formação socioespacial do município de Lajeado/RS, de modo a destacar os desafios ao planejamento regional.

3 METODOLOGIA

O presente trabalho se caracteriza como uma pesquisa qualitativa que se fundamenta por uma revisão crítica da literatura sobre a agenda do desenvolvimento urbano para realizar a análise de dados secundários com recorte empírico regional. A abordagem teórica foi orientada pela seleção de obras e artigos científicos que discutem os conceitos de cidade, urbano, desenvolvimento urbano, cidades médias, direito à cidade e mudanças climáticas. A delimitação empírica da pesquisa se concentra no município de Lajeado/RS, considerada cidade com papel de intermediação regional no Vale do Taquari. A escolha se justifica pela sua relevância como polo econômico, social e político na região e pela crescente vulnerabilidade a eventos hidrológicos extremos, intensificados pelas mudanças climáticas.

A revisão bibliográfica contemplou autores que analisam as transformações socioespaciais e a dinâmica das cidades no contexto do desenvolvimento urbano. A coleta de dados secundários foi realizada a partir de periódicos científicos, com foco em artigos e trabalhos relacionados aos conceitos mobilizados no referencial teórico e sua aplicação na região de estudo. Além disso, foram consultados recursos eletrônicos, tais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o site do município de Lajeado/RS, o Mapa do Plano Rio Grande, produzido pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul, como também estudos regionais e documentos técnicos referentes à região do Vale do Taquari.

Em relação aos procedimentos metodológicos de análise dos dados coletados, esta foi conduzida por meio da articulação entre o referencial teórico e a realidade socioespacial do município, buscando identificar os principais desafios e oportunidades para o processo do desenvolvimento urbano resiliente em escala regional, uma vez que, para se entender a cidade, se faz necessário compreender a dinâmica da região (Bernadelli, 2006; Sposito, 2010; 2014). A metodologia adotada permitiu a aproximação crítica entre a teoria e os dados coletados, contribuindo para a reflexão sobre as fronteiras do desenvolvimento urbano a partir da evolução dos conceitos como argumentado por Lencioni (2008) e Brenner (2014).

4 OS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO URBANO DE LAJEADO/RS

O município de Lajeado se localiza na porção centro-oriental do Rio Grande do Sul, considerado a “capital” do Vale do Taquari, possui uma população estimada em 2024 pelo IBGE de 96.651 pessoas (93.646 pessoas no censo 2022), que, por sua área da unidade territorial de 91,231 km², corresponde a uma densidade demográfica de 1.059 habitantes por quilômetro quadrado. Segundo o IBGE Cidades (2024), a cidade média de Lajeado está inserida na hierarquia urbana estadual como Capital Regional C (2C) - Cidade integrante do

Arranjo Populacional de Lajeado/RS, o que demonstra a sua importância relativa de centralidade para o Vale do Taquari, uma vez que exerce atração a populações de outros centros urbanos para acesso a bens e serviços, além do maior nível de articulação territorial em atividades de gestão pública e empresarial. Situado à margem direita do Rio Taquari, o município fundado em 1891 passou por diversas transformações ao longo da sua história, se consolidando como polo econômico, cultural, político-administrativo e educacional de destaque no Estado a partir do seu processo de desenvolvimento (Lajeado, 2024).

Em relação a história do município, seus estudos se intensificam a partir da imigração e colonização do território, com a povoação na região iniciada em Taquari, em 1757, pela vinda da migrantes açorianos. Já em 1800, nos territórios de Lajeado e Estrela são constituídas sesmarias que, posteriormente, originaram várias fazendas, as quais foram subdivididas e vendidas a migrantes alemães e italianos, que vieram a se estabelecer na região no século XIX. Apesar da sua fundação como povoado ocorrer em 1855, por Antônio Fialho de Vargas, é a partir da intensificação do povoamento do território que, em 1891, foi criado o município de Lajeado, tendo como sede a vila do mesmo nome. Inicialmente com uma dimensão territorial maior do que a atual, de Lajeado originaram-se outros municípios do Vale do Taquari, tais como Guaporé, Encantado, Arroio do Meio, Cruzeiro do Sul, Boqueirão do Leão, Progresso, Santa Clara do Sul, Sério, Marques de Souza, Forquetinha e Canudos do Vale, sendo que, em divisão territorial datada desde 2001, o município é constituído do distrito sede (Lajeado, 2024).

O processo histórico de colonização por migrantes estabelece características culturais que se mantêm na formação socioespacial da região, condicionando a apropriação do espaço geográfico, mas, no caso de Lajeado e do Vale do Taquari, os aspectos locais têm importante influência para o crescimento urbano da região. No início do povoamento, a condição das matas delimitou a configuração territorial, impedindo o pecuarismo e o latifúndio, de modo a estabelecer as colônias agrícolas pelo minifúndio agrário. Além disso, como única forma de acesso, a importância relativa do Rio Taquari, determinou que o povoamento do município e primeiro núcleo urbano se desse a partir do Porto de Lajeado. Como fator locacional básico para acesso da área, o Rio Taquari estabeleceu a integração regional e local de forma significativa até os anos 1960, quando se instala a crise da navegação e o desenvolvimento rodoviário do país. A partir dos anos 1970, com a implantação das rodovias, em especial a BR 386 e RS 130, se articula a malha rodoviária como forma de conectar internamente a região, e essa com o Estado (Scheibe, Piccinini e Braga, 2015).

Dessa forma, favorecendo acesso a mercados regionais, estaduais, nacionais e externos, assim como a circulação de pessoas, a região passou a ter um sistema de transporte multimodal, composto pelo eixo rodo-hidro-ferroviário formado pelo Rio Taquari, a BR 386, os traçados ferroviários com rotas interligando o Norte e Centro do Estado, assim como a RS 453 e a RS 130. Em conjunto, as ligações da rede modal e a dinâmica econômica e populacional da região, estabeleceram vínculos importantes entre o Vale do Taquari e a região metropolitana de Porto de Alegre e de Caxias do Sul (Barden *et al.*, 2018). Em estudo da evolução urbana de Lajeado, Scheibe, Piccinini e Braga (2015) demonstram a evolução da malha urbana ao longo do crescimento da cidade, a partir de como a inserção da rodovia BR 386 alterou os padrões espaciais, modificando a estrutura de integração da configuração espacial. O núcleo urbano, originalmente voltado às margens do rio, se altera devido a influência das novas rodovias, em que o entroncamento rodoviário regional compõe um nó de tráfego e, portanto, as rodovias que cruzam a cidade exercem forte influência sobre a configuração espacial e maior integração do movimento econômico (Scheibe, Piccinini e Braga, 2015) e dinâmica populacional (Barden *et al.*, 2018).

Com uma economia urbana diversificada, em termos de indicadores econômicos, o PIB municipal de Lajeado é composto por sua maioria pela atividade da indústria e serviços, com menor participação das atividades agrícolas. Em termos regionais no Vale do Taquari, em 2010, o Valor Adicionado Bruto era composto pelo setor de serviços, que passou a representar a principal atividade econômica da região (57,8%), o setor industrial (30,3%) e o setor agropecuário (11,9%) (FEE, 2010 *Apud* Barden *et al.*, 2018). Sendo assim, conforme Scheibe, Piccinini e Braga (2015), o desenvolvimento do setor industrial, do comércio e do setor de serviços provocou um crescimento urbano regional significativo nos últimos 40 anos, fato demonstrado pela taxa de urbanização do município de Lajeado, como cidade polarizadora regional, que apresenta um índice de 99,6%.

Em análise sobre a dinâmica populacional e sobre as transformações socioespaciais que ocorreram na região do Vale do Taquari/RS, a partir da mobilidade rural-urbana e intrarregional, o estudo de Barden *et al.* (2018) identifica as características demarcadas pela intensificação da urbanização, em uma passagem de uma região essencialmente rural para urbana, tanto em relação à distribuição da população quanto as suas atividades econômicas. Em termos de produção, apesar da diversificação, há um predomínio do setor de serviços na maioria dos municípios, com uma concentração da população urbana e da geração da riqueza em torno da cidade polo, Lajeado, além do vínculo da região com a região metropolitana de Porto Alegre (Barden *et al.*, 2018).

Em 2010, o VT [Vale do Taquari] possuía 327.723 habitantes, aproximadamente 3% da população do RS (IBGE, 2010), deste total, 73,8% residiam nas áreas urbanas e 26,2% nas áreas rurais. No entanto, este cenário nem sempre foi assim, na década de 1970, 74,2% da população residia em áreas rurais (IBGE, 1970) (Barden *et al.*, p. 248, 2018).

Em relação a região imediata de influência, o Vale do Taquari, o município de Lajeado exerce condição de comando e de gestão territorial, por meio de fluxos de gestão pública originados pela descentralização dos serviços públicos estaduais e federais (Faccin *et al.*, 2018), assim como pela economia urbana diversificada (Silveira *et al.*, 2020), o que, conforme estes estudos, condiciona um expressivo grau de centralidade na rede urbana regional. No que compete a estrutura da região, houve um processo intenso de emancipações municipais entre os anos de 1980 e 2000, o que levou o Vale do Taquari de 14 municípios em 1964 para um total de 36 municípios. Isto estabeleceu uma nova configuração territorial, em uma situação de crescimento desequilibrado na rede urbana regional, por meio da intensidade e complexidade de sua urbanização, ampliando o grau de centralidade e poder de influência econômica e de serviços de Lajeado em relação às demais cidades (Faccin *et al.*, 2018).

As emancipações municipais, que ocorreram devido à permissão legal e seguindo interesses político-econômicos, constituíram municípios em sua maioria de pequeno porte que, ao se observar as relações estabelecidas entre espaços urbanos e rurais e com cidades no entorno, são verificadas disparidades no processo de urbanização. De forma dinâmica, foram estabelecidos novos e inúmeros núcleos populacionais, que intensificaram os fluxos migratórios rural-urbano e intrarregionais, cuja atração das áreas urbanas foi impulsionada pela dinâmica das atividades econômicas, alicerçadas no processo de modernização da agricultura e no desenvolvimento das cadeias agroindustriais. Com o desenvolvimento do capitalismo na região, os agricultores familiares passaram por essas transformações, momento em que a cadeia produtiva de frangos, suínos e leite se fortaleceu em complexos agroindustriais e sistemas integrados a indústria de alimentos (Barden *et al.*, 2018).

Tais transformações, ao condicionar fluxos migratórios das áreas rurais para urbanas, permeabilizaram os conceitos de urbano e rural na região, à medida em que estes sujeitos passaram a viver à margem dos núcleos urbanos, o que também mesclou os modos de vida da população aos novos territórios concebidos. Dessa forma, a dinâmica populacional regional, ao longo das décadas de 1970 a 2010, configurou novos espaços, rurais e urbanos, o que delimitou a intensificação da urbanização de novas áreas como meio e produto da substituição das atividades econômicas da região. Situando novas fronteiras que corroboram

as abordagens de ressignificação dos conceitos de urbano e rural, assim como os sujeitos que passaram a viver na intermediação dessas áreas, se dá a apreensão da análise da dinâmica regional, como destacado por Lencioni (2008), Brenner (2014) e Bernadelli (2006).

Com a modernização da agricultura, Lajeado concentrou a oferta de bens e serviços para uma hinterlândia regional, oferecendo uma diversidade de atividades especializadas destinadas ao mercado nacional e internacional. Além da mobilidade das zonas rurais para as urbanas, houve fluxo intenso dos municípios menores para os maiores, o que determinou a diversificação e desigualdade do processo de urbanização, assim como um quadro de inversão da participação do meio rural e do meio urbano. As transformações na economia regional e dinâmica populacional contribuíram para concentrar a produção do PIB e da população em Lajeado, sendo que a população passou a residir nas zonas urbanas e com o predomínio de atividades industriais e no setor de serviços (Barden *et al.*, 2018). Em uma dinâmica regional policêntrica, mesmo com a relevância de outros municípios, como Estrela e Encantado, Lajeado possui forte vínculo na região, exercendo papel intermediário entre as cidades menores e suas áreas rurais com a metrópole de Porto Alegre (Faccin *et al.*, 2018).

Como núcleo urbano e divisão territorial do trabalho regional, Lajeado também se destaca ao polarizar e exercer sua influência no espaço regional por meio da concentração de grande parte das empresas industriais e de serviços, assim como por atrair a maior parte dos fluxos pendulares do conjunto dos municípios da região (Faccin *et al.*, 2019) o que demonstra que a dinâmica econômica do município atrai população (Barden *et al.*, 2018). No aspecto regional de influência e na rede urbana regional, como uma área funcional baseada em uma economia urbana diversificada, as atividades que ocorrem em função da cidade de Lajeado estabelecem um conjunto de fluxos que contribui ao aprofundar a urbanização, complexificar as funções urbanas e ampliar a sua centralidade como cidade média na região (Silveira *et al.*, 2020). Estes aspectos reforçam o papel e significado do município de Lajeado como uma cidade média, de intermediação regional e de importância relativa na dinâmica da rede urbana do Vale do Taquari, tal como destacado por Sposito (2010; 2014).

A partir de um desenvolvimento urbano demarcado pela urbanização intensa, transformação das atividades econômicas e centralidade como cidade média regional, determinantes do planejamento urbano e regional, Lajeado também possui desafios e oportunidades em relação aos seus aspectos ambientais, principalmente pelo tecido urbano às margens do Rio Taquari. Em relação a aspectos vinculados ao meio ambiente analisados pelo IBGE Cidades (2024), Lajeado possuía uma área urbanizada em 2019 de 36,07 km² (14ª posição em relação aos 497 municípios do RS), o que demonstra o caráter urbano do

município e uma população exposta ao risco determinada em 2010 de 4.555 pessoas. Sendo considerada a “área de risco a inundações, enxurradas e deslizamentos contabilizada para os municípios considerados críticos a desastres naturais no Brasil e monitorados pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais” (IBGE Cidades, 2024).

Em estudo sobre os processos hidrológicos causadores de desastres nos municípios de Lajeado e Estrela, Borges, Robaina e Scoti (2024) demonstram que o aumento dos desastres vem se intensificando pelas mudanças climáticas, o que pode levar a uma aceleração do ciclo hidrológico e aumentar a intensidade e frequência dos eventos extremos. Por meio de um inventário dos eventos de inundação nos municípios, os autores apresentam que, de 2002 a 2022, ocorreram 43 eventos de origem hidrológica que causaram danos, levantamento em que foi possível analisar a espacialização e suscetibilidade das áreas para inundação. Pertencente a bacia do Rio Taquari-Antas, com características fisionômicas diversificadas, o Vale do Taquari se destaca pelas formas típicas de colinas, terraços fluviais e planícies de inundação. “É no baixo curso do rio Taquari que são observados os maiores prejuízos decorrentes das inundações, devido principalmente à maior concentração de núcleos urbanos junto às margens” (Borges, Robaina e Scoti, p. 4, 2024).

Conforme Moraes *et al.* (2018) as inundações causam diversos impactos e prejuízos sociais, econômicos e ambientais, ocorrendo por origem natural e de forma periódica. Para os autores, “como a maioria dos municípios brasileiros, o crescimento populacional da cidade ocorreu sem o planejamento da expansão da infraestrutura urbana, resultando na ocupação das áreas suscetíveis às inundações” (Moraes *et al.*, p. 52, 2018). Apesar dos desastres por processos hidrológicos serem decorrentes de fatores naturais da bacia hidrográfica, variando em intensidade, magnitude e frequência, as ações antrópicas tendem a intensificar o avanço das cotas e a severidade dos problemas (Borges, Robaina e Scoti, 2024), assim como gerar pressões antrópicas sobre os recursos naturais (Kreutz, Machado e Hoppe, 2023). Ao analisar aspectos de tempo e espaço, Borges, Robaina e Scoti (2024) demonstram as áreas suscetíveis aos desastres como sendo os bairros ao longo da planície de inundação e aos associados aos arroios que compõem a drenagem urbana, sendo que a partir da cota de 23 metros se observa a maior probabilidade de emergência no município.

Para Lajeado, o nível de referência do Rio Taquari corresponde à altitude de 12,30 m, em que, para a ocorrência de inundações é necessária uma elevação mínima das águas do Rio Taquari em 7 m, ou seja, que supere a altitude de 19 m. No período do referido estudo, a elevação máxima registrada foi de cerca de 17 m, quando alcançou o nível de 29,92 m, em 06 de maio de 1941 (Moraes *et al.*, 2018). Para Borges, Robaina e Scoti (p.9, 2024),

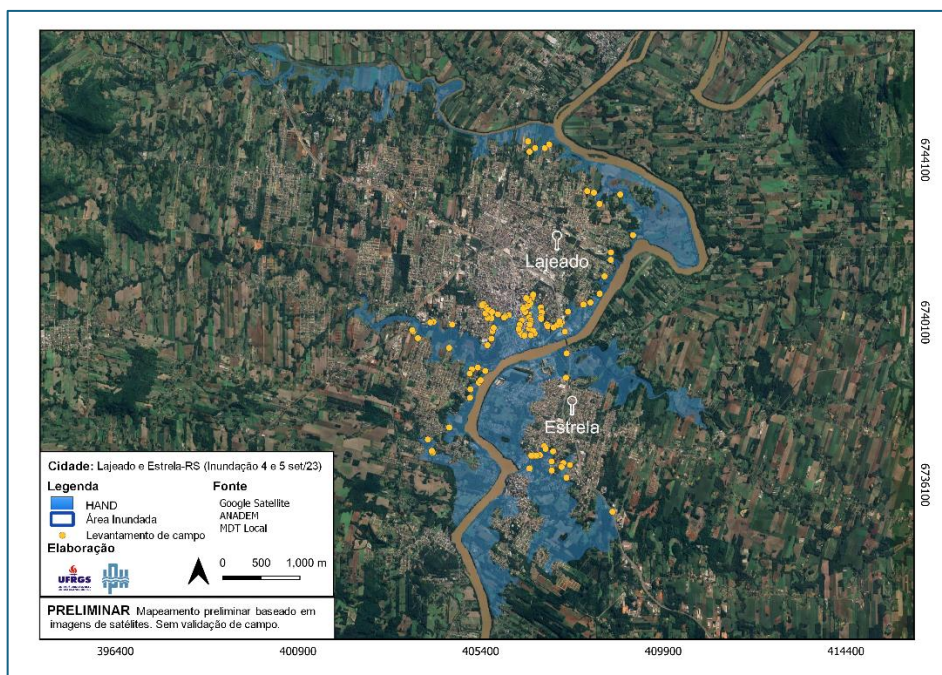
os eventos ordinários ocorrem quando a cota do rio Taquari ultrapassa 19,15m até atingir a cota de 22m. Os eventos ordinários correspondem a 55% dos eventos identificados. Os eventos comuns, representam 32% do total, ocorrendo quando a cota de inundação ultrapassa 22m e vai até a cota de 25m. Os eventos extraordinários foram definidos por cotas superiores a 25m, que ocorreram em 13% do total de eventos registrados nos últimos 20 anos.

O estudo de Moraes *et al.* (2018) realizou o mapeamento e análise das áreas urbanas e das edificações suscetíveis às inundações do Rio Taquari na cidade de Lajeado/RS em que, considerando os níveis históricos, foram mapeadas as áreas atingidas pelas inundações do nível de 19 m (a qual inunda 25,98 ha da área urbana) até o nível de 30 m (que inundam 1.036 ha, representando 11,50% da área total do município). Segundo Moraes *et al.* (2018), ao se reconhecer a vulnerabilidade da ocupação de áreas suscetíveis a desastres por pessoas e infraestrutura, isto permite aos gestores municipais estabelecerem estratégias preventivas e de contingência para melhorar a segurança e convivência nessas áreas.

Considerando o cenário de inundações recorrentes no Vale do Taquari, estes eventos tomaram proporções expressivas a partir de 2023, o que indica, pela frequência e intensidade, uma possível relação com eventos de mudanças climáticas. Em 05 de setembro de 2023 Lajeado enfrentou uma cheia com cota de 29,53 m e em 19 de novembro do mesmo ano um novo evento atingiu a cota de 28,94 m, dados obtidos em Moraes *et al.* (2024). Já em 2024, o Rio Grande do Sul passou por um evento intenso de chuvas nos meses de abril e maio, classificando-o como o maior desastre da sua história e conduzindo a inundações expressivas em todo o Estado, o que também repercutiu no Vale do Taquari, assim como no município de Lajeado ao atingir a cota histórica de 33,35 m em 02 de maio de 2024 (Weiss, 2024).

Para refletir o alcance dos impactos das recentes inundações no tecido urbano, a figura 1 apresenta uma estimativa das áreas urbanas inundadas durante a cheia do Rio Taquari-Antas, em Lajeado e Estrela, ocorrida em setembro de 2023, divulgadas a partir de Nota Técnica (Laipelt *et al.*, 2023). Neste evento específico, os autores mapearam as áreas “após a (1) realização de atividades de reconhecimento em campo em parte das áreas afetadas, na (2) interpretação visual por especialistas em hidrologia em imagens de satélite de alta resolução e (3) informações topográficas e modelos digitais de elevação” (Laipelt *et al.*, 2023).

Figura 1 - Estimativa preliminar da área inundada em Lajeado-RS e Estrela-RS na cheia do rio Taquari-Antas de 4 e 5 de setembro de 2023



Fonte: Nota Técnica produzida por Laipelt *et al.* (2023).

Diante dos fenômenos meteorológicos extremos de 2024 no RS, foi consolidado o Mapa Único do Plano Rio Grande (MUP RS) como um sistema integrado de mapeamento das áreas diretamente atingidas por alagamento, inundação, enxurrada ou deslizamento, de modo a identificar endereços, vias, domicílios, empresas, equipamentos públicos e, principalmente, a população afetada. Em relação aos dados dispostos no Mapa Único do Plano Rio Grande para Lajeado, considerando sua área atingida, esta correspondeu a 22,5% da área total do município (21 km²), atingindo 13,1% da população (12.301 pessoas atingidas) e 15,0% dos endereços (7.614 endereços atingidos). Já na abrangência do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE) do Vale do Taquari, a área atingida representou 14,5% da área total da região (701 km²), correspondendo a 20,3% da população (73.289 pessoas atingidas) e 21,5% dos endereços (43.348 endereços atingidos) (PLANO RIO GRANDE, 2024).

Para Kreutz, Machado e Hoppe (2023) as cheias periódicas não são apenas responsáveis por prejuízos econômicos, de saúde ou sociais, mas também foram e são importantes para fertilizar as planícies de inundação ao longo da história ambiental do Rio Taquari, cujas áreas são utilizadas para o plantio de diversas culturas. Contudo, “a ação antrópica ao longo de muitas décadas provocou no Rio Taquari e no seu entorno graves problemas ambientais” (Kreutz, Machado e Hoppe, p. 11, 2023), em que o aumento da urbanização, população e apropriação das águas do rio, resultam em uma multiplicidade de impactos, o que exige diferentes tipos de avaliação e gestão das águas, como também novas tecnologias para o monitoramento e para o tratamento. Alguns dos problemas ambientais

retratados são a destruição da mata ciliar, o processo de assoreamento, os impactos de empreendimentos como a barragem Eclusa de Bom Retiro do Sul e o Porto Fluvial de Estrela, como também o esgoto doméstico que afluí no rio. Mesmo com os programas criados nas últimas décadas para minimizar os problemas ambientais enfrentados, a ação antrópica desregulada ainda prejudica a “vida do Rio Taquari” (Kreutz, Machado e Hoppe, 2023).

Além das enchentes periódicas e dos impactos causados pelas inundações, o Rio Taquari tem um papel na história regional, pois este está ligado diretamente a formação econômica, política e social dos territórios drenados pelo rio, assim como pelo seu papel econômico e social na vida das pessoas que se estabeleceram próximas ao seu curso. Com relevância para a formação das cidades, dos movimentos urbanos e rurais e apropriação do espaço pela sociedade local, este influenciou e foi influenciado por estes povos, de modo a construir nesta relação a história ambiental do rio e o desenvolvimento regional do Vale do Taquari. “As águas dos rios são dinâmicas, elas passam como o próprio movimento da vida” (Kreutz, Machado e Hoppe, p. 12, 2023). Tal expressão, que reflete uma realidade complexa em constante transformação, também pode ser empregada nos estudos urbanos e regionais, o que expande as fronteiras da agenda do desenvolvimento urbano.

A partir da análise dos estudos abordados, é possível identificar relações para a reflexão do desenvolvimento urbano de Lajeado. Em um primeiro momento de sua história, o crescimento urbano do município esteve vinculado às margens do Rio Taquari, urbanização que, com as transformações econômicas e políticas migrou posteriormente para as margens das rodovias. Neste mesmo período de transição da rede modal, o intenso processo de urbanização e migração das áreas rurais para as urbanas e dos municípios pequenos para os maiores na região, (re)significa a apreensão do meio rural para o meio urbano, estabelecendo a permeabilidade e uma intermediação entre estas áreas. Nesse cenário, uma nova dinâmica regional é construída, tendo Lajeado como cidade média de papel relevante ao desenvolvimento regional do Vale do Taquari. Isto implica desafios e oportunidades ao planejamento urbano do município, uma vez que este perpassa o significado simbólico da cidade para a região, assim como da região para a cidade.

Ainda, de modo contemporâneo, a fronteira da agenda do desenvolvimento urbano da cidade de Lajeado possui novas margens e contornos, assim como na região do Vale do Taquari. Além de englobar os desafios dispostos em busca de um desenvolvimento urbano autêntico, com justiça social, espacial e constituindo o direito à cidade aos seres ali inseridos, também se coloca às margens de uma situação de vulnerabilidade diante das mudanças climáticas e intensificação dos eventos extremos. Para a construção de uma situação de

resiliência, o município de Lajeado tem papel significativo na dinâmica e rede urbana regional, principalmente como promotor da construção de um desenvolvimento regional resiliente ao clima, o que se constitui como novo paradigma ao planejamento urbano do Vale do Taquari.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a expansão das fronteiras dos estudos urbanos e regionais, é possível identificar que a transformação das sociedades delimitou a apropriação do espaço, assim como conduziu a evolução dos próprios conceitos e abordagens do campo teórico. Este caráter dinâmico dos fenômenos e objetos de estudo determina a constituição de novas agendas ao desenvolvimento urbano e regional. Nesse sentido, o presente trabalho buscou explorar essas fronteiras, de modo a materializá-las pela análise dos desafios e oportunidades do município de Lajeado/RS, cidade média de papel e significado relevante para o Vale do Taquari.

A partir de uma contextualização da formação socioespacial, se discorreu sobre o processo de urbanização no município, o que, de forma inicial, se deu pelas margens do Rio Taquari, elemento locacional essencial para a história regional, assim como para o desenvolvimento do Vale do Taquari. Com a crise da navegação e o desenvolvimento rodoviário no Brasil, a partir dos anos 1960, as rodovias construídas na região se constituem como aspectos de transformação da rede urbana regional, inserindo novas margens ao processo de planejamento urbano e regional. Além disso, nesse período, também se estabelece uma nova dinâmica regional, por meio da migração da população do meio rural para o meio urbano, assim como dos núcleos urbanos pequenos para os maiores. Este processo, determina a configuração urbana atual de Lajeado como cidade média na região, com papel de intermediação e importância relativa para a rede urbana estabelecida.

Nos anos recentes, a população da cidade e do município Lajeado e das demais cidades do Vale do Taquari têm sido impactados por uma nova margem, a situação de vulnerabilidade diante do aumento da frequência e intensidade dos eventos de inundação e enchentes. De setembro de 2023 a maio de 2024, a região enfrentou três eventos significativos e históricos, o que causou diversos impactos e demonstra a existência de uma população exposta ao risco. Diante desse cenário, apesar do caráter emergente na realidade brasileira, a constituição de um desenvolvimento regional resiliente ao clima se agrega aos estudos urbanos e regionais, de modo a contemplar a análise de estratégias para prevenção, contingência e segurança da população, assim como inserir o direito à cidade e justiça espacial e social ao debate climático. O caráter exploratório deste trabalho contribui para

reforçar a importância das cidades médias no debate sobre o desenvolvimento regional sustentável. No entanto, ainda há a necessidade de aprofundamento empírico sobre os impactos da crise climática nas áreas urbanas e rurais, com vistas à formulação de políticas públicas integradas que articulem ambiente, território e sociedade.

REFERÊNCIAS

AMANAJÁS, R.; KLUG, L. Direito à Cidade, Cidades para todos e estrutura sociocultural urbana. In: COSTA, M. A. et al. **A Nova Agenda Urbana e o Brasil: insumos para sua construção e desafios a sua implementação**. IPEA, 2018. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/180529_a_nova_agenda_urbana_e_o_brasil_cap02.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2024.

BERNARDELLI, Maria L. F. da H. Contribuições ao debate sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, Maria E. B. (Org.). **Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

BORGES, Caroline M. C.; ROBAINA, Luís E. de S.; SCCOTI, Anderson A. V. Estudo dos processos hidrológicos causadores de desastres que ocorrem nos municípios de Estrela e Lajeado, Vale do Taquari/RS. **Geografia Ensino & Pesquisa**, [S. l.], v. 28, p. e83744, 2024. DOI: 10.5902/2236499483744. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/83744>. Acesso em: 09 out. 2024.

BRENNER, Neil. Teses sobre a urbanização. **Revista e-metropolis**, n. 19, ano 5, dez. 2014. Disponível em: <http://emetropolis.net/system/edicoes/arquivo_pdfs/000/000/019/original/emetropolis_n19.pdf?1447896381>. Acesso em: 05 jul. 2024.

ENDLICH, Ângela. **Desafios do planejamento urbano em pequenas cidades**. Formato da palestra [online]. Google meet, promoção GEPEUR e PPGDR UNISC. 22 out. 2024.

ESPINDOLA, Isabela; RIBEIRO, Wagner da C. Cidades e mudanças climáticas: desafios para os planos diretores municipais brasileiros. **Cadernos Metrôpole**, v. 22, n. 48, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cm/a/ZY47nWVQJfMfCFcx7Q9hywn/?lang=pt#>. Acesso em: 02 ago. 2024.

FACCIN, Carolina R.; GIACOMETTI, Nicolas B. de; SILVEIRA, Rogério L. L. da; BRANDT, Grazielle B. Rede urbana, policentrismo e fluxos de gestão pública do território na Região dos Vales – RS. **Revista Jovens Pesquisadores**, v. 8, n. 2, p. 71-83, 19 jul. 2018. Doi: https://doi.org/10.17058/rjp.v8i2.11833. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/jovenspesquisadores/article/view/11833>. Acesso em: 09 out. 2024.

FACCIN, Carolina R.; GIACOMETTI, Nicolas B. de; SILVEIRA, Rogério L. L. da; BRANDT, Grazielle B. A rede urbana da Região dos Vales – RS: O papel das cidades médias de Santa Cruz do Sul e Lajeado. **Revista Jovens Pesquisadores**, v. 9, n. 1, p. 113-131, 1 jul. 2019. Doi: https://doi.org/10.17058/rjp.v9i1.13312. Disponível em:

<<https://online.unisc.br/seer/index.php/jovenspesquisadores/article/view/13312>>. Acesso em: 09 out. 2024.

IBGE CIDADES. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/lajeado/panorama>>. Acesso em: 29 out. 2024.

KREUTZ, Marcos R.; MACHADO, Neli G.; HOPPE, Willian H. História ambiental do Rio Taquari, Rio Grande do Sul. **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, Brasil, v. 34, n. 51, 2023. DOI: 10.11606/issn.2359-5361.paam.2023.201746. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/paam/article/view/201746>>. Acesso em: 09 out. 2024.

LAIPELT, Leonardo et al. **Estimativa preliminar das áreas urbanas inundadas durante a cheia do Rio Taquari-Antas (set. 2023) via sensoriamento remoto: nota técnica**. Instituto de Pesquisas Hidráulicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Universidade do Vale do Taquari – Univates, 2023. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/hge/areas-urbanas-inundadas-durante-a-cheia-do-rio-taquari-antas-set-2023/>. Acesso em: 17 abr. 2025.

LAJEADO. **Prefeitura Municipal de Lajeado**. Disponível em: <<https://www.lajeado.rs.gov.br/conteudo/3028/931?titulo=Lajeado>>. Acesso em: 29 out. 2024.

MAPA ÚNICO DO PLANO RIO GRANDE. **Governo do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<https://mup.rs.gov.br/>>. Acesso em: 29 out. 2024.

LENCIONI, Sandra. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. **GEOUSP: Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 24, p. 109-123, 2008. Disponível em: <http://www.geografia.ffe.usp.br/publicacoes/Geousp/Geousp24/Artigo_Sandra.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2024.

MORAES, Sofia R.; ECKHARDT, Rafael R.; DE OLIVEIRA, Guilherme G.; MENDES JUNIOR, Cláudio W.; PEIXOTO, Jerusa da S. Áreas urbanas suscetíveis às inundações do Rio Taquari em Lajeado/RS. **Scientia cum Industria**, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 50–56, 2019. Doi: <http://dx.doi.org/10.18226/23185279.v6iss3p50>. Disponível em: <<https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/scientiacumindustria/article/view/6589>>. Acesso em: 09 out. 2024.

MORAES, Sofia R.; COLLISCHONN, Walter; BUFFON, Franco T.; ECKHARDT, Rafael R. **Revisão e consolidação da série histórica dos níveis das cheias do rio Taquari em Lajeado de 1939 a 2023**. Porto Alegre, 2024. Nota técnica. Disponível em: <www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=001199403&loc=2024&l=7818d897802ef3c6>. Acesso em: 03 nov. 2024

PLANO RIO GRANDE. **Governo do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<https://planoriogrande.rs.gov.br/plano-rio-grande>>. Acesso em: 29 out. 2024.

SCHEIBE, Aline C.; PICCININI, Livia T. S.; BRAGA, Andrea C. Evolução Urbana do Município de Lajeado: um estudo configuracional. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v.3, n.2, p. 7 – 27, mai/ago, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/130877>>. Acesso em: 09 out. 2024.

SILVEIRA, Rogério L. L. da; BRANDT, Grazielle B.; FACCIN, Carolina R.; GIACOMETTI, Nicolas B. de; KRUG, Débora F. Cidades médias, fluxos pendulares e dinâmica territorial na Região dos Vales-RS. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 133–168, 2020. DOI: 10.7867/2317-5443.2019v7n2p133-168. Disponível em: <<https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/8309>>. Acesso em: 09 out. 2024.

SOUZA, Marcelo L. de. O que devemos entender por Desenvolvimento Urbano? In: _____. **O ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2006. Cap. 6. p.93-102.

SOUZA, Marcelo L. de. Os conceitos de planejamento urbano e gestão urbana. In: _____. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 45-59.

SPOSITO, Maria E. B. Cidades médias e pequenas: as particularidades da urbanização brasileira. In: DIAS, Patrícia Chame; LOPES, Diva Maria Ferlin (Orgs.). **Cidades médias e pequenas: desafios e possibilidades do planejamento e gestão**. n. 95. Salvador: SEI, 2014. (Série Estudos). p. 23-35. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=82&Itemid=110>. Acesso em: 06 set. 2024.

SPOSITO, Maria E. B. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. **Revista Geografia**, Rio Claro, v. 35, n. 1, p. 51-62, jan./abr. 2010.

WEISS, Raica F. A maior enchente da história. **Grupo A Hora**, Lajeado, 18 mai. 2024. Disponível em: <<https://grupoahora.net.br/conteudos/2024/05/18/a-maior-enchente-da-historia/>>. Acesso em: 03 nov. 2024.